

## DÍVIDA EXTERNA

# Chiarelli anuncia plano de

BRASÍLIA — O Governo tomará uma atitude mais agressiva na renegociação da dívida externa, usando argumentos de geopolítica e tentando incluir nas conversações com os bancos credores proposta para a redução dos juros a serem pagos este ano, estimados em US\$ 10,9 bilhões. A informação foi dada ontem pelo Líder do Partido da Frente Liberal (PFL) no Senado, Carlos Chiarelli, após almoço com o Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles.

O Porta-Voz da Fazenda, Paulo Branco, desmentiu que o assunto tenha sido discutido durante o almoço, de que participaram 11 senadores do PFL, mas, consultado no início da noite, Chiarelli voltou a afirmar que Dornelles anunciou a nova estratégia de negociação do Governo no encontro.

De acordo com o Líder do PFL, o Brasil tentará uma negociação diferenciada com 20 grandes bancos, responsáveis por 70 por cento da dívida, e 500 bancos pequenos e médios, credores dos 30 por cento restantes.

A redução nos juros será reivindicada somente aos grandes bancos, pagando-se integralmente o que for devido aos pequenos, pois, segundo Chiarelli, o Ministro considera a medida impraticável para as instituições menores, por serem muito numerosas e pela resistência de seus acionistas. O Senador sugeriu que o Governo proponha aos credores a redução dos juros em um terço — de US\$ 10,9 bilhões para US\$ 7,3 bilhões.

O Líder do PFL informou que as autoridades brasileiras dirão, em Nova York ao Comitê de Assessoramento da Dívida Externa Brasileira — composto por 14 bancos — que a alta conta de US\$ 10,9 bilhões em ju-

ros representa 42 por cento do total das vendas externas do País, estimadas em US\$ 26 bilhões em 85, o que torna ainda mais escassos os recursos para investimentos, aumentando o risco de uma convulsão social. Argumentarão que não interessa aos banqueiros e aos Estados Unidos que o Brasil, líder na América Latina, enfrente problemas que ameacem a estabilidade do continente.

Os parlamentares presentes ao almoço foram unânimes ao defender a idéia de que o Congresso Nacional deve ter a maior participação possível na elaboração de um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com os bancos credores, reafirmando a necessidade de que o Governo só prometa o que for considerado estritamente indispensável ao fixar metas econômicas junto ao FMI.

Dornelles disse ao Senador Marcondes Gadelha (PFL-PB) que o País deverá chegar a um bom acordo com o Fundo, que não acarrete novo período de recessão para a economia brasileira.

Os parlamentares apoiaram a decisão de reduzir Cr\$ 27,8 trilhões nos gastos públicos mas alertaram para a necessidade de seletividade nos cortes.

Chiarelli acredita que os cortes previstos ainda permitirão à economia um crescimento de quatro por cento este ano. Os parlamentares concordaram com a posição do Ministro de que a redução nas taxas de juros depende da queda do déficit público.

Segundo Gadelha, os senadores lembraram a Dornelles a necessidade de conciliar seus pontos de vista aos do Ministro do Planejamento, João Sayad.